

CHEVITARESE, A.; CAVALCANTI, J.; DE MARIA, T. RESSURREIÇÃO: recepções na literatura e cultura material antigas cristãs.
Rio de Janeiro: Kline, 2020.

JORGE STEIMBACK BARBOSA JUNIOR

Doutorando em História Social (UFRJ), bolsista do CNPq

Jorge-steimback@hotmail.com

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Marta Mega de Andrade

O livro organizado por André Chevitarese, Juliana Cavalcanti e Tayná de Maria, pesquisadores ligados ao Laboratório de História das Experiências Religiosas e ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, ambos da UFRJ, faz jus ao tema proposto ao dossiê temático da presente edição. Sob uma perspectiva dialógica e multidisciplinar, agrega contribuições de pesquisadores ligados aos campos da História Antiga, Arqueologia e Teologia, ao debruçar-se sobre as interpretações e representações daquela que, para as primeiras comunidades cristãs, teria sido a experiência fundadora de suas comunidades de fé. Ressalta-se, entretanto, que não se objetivou pôr a questão da ressurreição em si como objeto “historiável”, mas, em seus distintos capítulos, escritos por diversos pesquisadores, evidencia-se que tal temática foi diferentemente instrumentalizada nas disputas por poder nas comunidades então nascentes.

Nesse sentido, a perspectiva está presente desde o primeiro capítulo, assinado por Valtair Miranda, em que se faz uma análise dos termos (*egeiro, anistemi, anastasis*) usados para dar conta do que as comunidades paleocristãs entendiam como a ressurreição de Jesus. Tais termos têm uma série de ressonâncias político-religiosas, na medida em que a noção de uma vida pós-mortuária começa a se insinuar no judaísmo num contexto altamente polêmico contra a tendência helenizante já no tempo da redação dos Livros dos Macabeus, no qual a noção de martírio pela fé judaica é contrabalançada pela expectativa do ressurgimento, tema reapropriado pelas comunidades cristãs em seu esforço de proselitismo e expansão pelo mundo greco-romano. Este, se a esvazia em parte de uma tendência polêmica contra o mundo helenizado, ao torná-la noção espiritual de morte para o pecado, não impede que a tendência polêmica possa ainda ser percebida em uma camada de leitura na qual o martírio e a disputa pelo significado do *verus Israel* se insinuem.

Lair Amaro debruça-se sobre tradições extracanônicas, especialmente aquelas

literárias creditadas aos grupos “gnósticos”. Parte de seu esforço em tal capítulo é a desconstrução do termo “gnóstico” tal qual plasmado na compreensão histórico-teológica desde os séculos III-IV EC, no contexto das disputas de identidades e representações do outro que culminaram com a emergência mais ou menos institucional de Igrejas, demonstrando a importância de tais textos na reconstrução histórico-sociológica das comunidades paleocristãs como “facções em disputa”. Nesse sentido, ao analisar o Evangelho de Pedro e o Evangelho de Maria Madalena, fontes, aliás, que serão recorrentes na construção de certo argumento que permeia o volume, argumenta-se que tais tradições que se tornaram minoritárias do devir do cristianismo. Elas atribuíam um papel especial às mulheres, notadamente à figura de Maria Madalena, enquanto primeira “testemunha” da ressurreição, o que lhe daria lugar de fala como apóstola em todo o direito - segundo o argumento empregado por Paulo na epístola aos coríntios.

O argumento é retomado em outra parte do livro por Cavalcanti, Chevitarese e De Maria, ao acentuar a presença feminina na cultura material paleocristã (Afresco de Dura-Europos, díptico de Ravena). Em seu capítulo, as autoras tomam como marco teórico de análise a teoria da memória de Elizabeth Loftus e interpretam a presença e autoridade femininas como elementos que paulatinamente foram sendo suprimidos como “memórias subterrâneas”. O movimento cristão teria se tornado paulatinamente masculinizado - não só pelo *status* duplice de mulheres entendidas como testemunhas não confiáveis em uma cultura patriarcal, embora sendo uma memória poderosa demais para ser de todo suprimida, conforme evidencia sua presença nos mosaicos, afrescos e sarcófagos em que são retratadas cenas da ressurreição, mas também a partir de um poder concedido pelo discurso e a representação. A partir do século VI EC e de Gregório Magno, a figura de Madalena seria cada vez mais deslegitimada como apóstola e mais associada ao mundo da prostituição, tendência reforçada nas artes pela série do “*noli me tangere*”, que viria a se tornar constitutiva da percepção cultural do Ocidente sobre tal personagem.

Ainda um veio de análise fortemente presente é o que aqui denominaremos o da magia ou das práticas mágicas, que, por sua vez, também mantém uma relação dialógica com o eixo teórico-interpretativo da memória. Nesse sentido, os artigos sobre a corporeidade do ressuscitado (correspondentes às escritas de Cavalcanti, Amaro e Costa), da catábase e da Anábase (Ramos) e das ressurreições de outros personagens que não Jesus (Chevitarese e Faria Neto) buscam muitas vezes traçar comparações entre o material neotestamentário e outros relatos circulantes na bacia do Mediterrâneo.

Nesse sentido, o artigo de Jefferson Ramos sobre os sentidos da saída da “casa dos mortos”, leva o autor a interrogar a formação de uma memória paleocristã que se vê em uma encruzilhada entre o tradicional e o inovador. A visão tradicional do Sheol, a morada coletiva dos mortos na tradição judaica, geralmente traduzida em grego como Hades, é retrabalhada nas escrituras para comportar uma dimensão coletiva de ressurreição e salvação, não apenas como evento escatológico, mas como ato instaurador do restabelecimento da justiça, em uma leitura que faz eco a Crossan

e Reed¹.

Enfatizando o aspecto do constrangimento na modelação de memórias, Cavalcanti compara os relatos sobre as mortes/ressurreições de Jesus e Rômulo (o legendário fundador de Roma), enfatizando como as comunidades culturais a que se relacionam tais figuras lidam com o trauma a partir da construção de uma imagem pautada no elemento divinizado e reforçada pelo apelo à autoridade das testemunhas, bem como o estabelecimento de paralelos inegáveis entre os corpos antes e depois da morte. É digno de menção que no material canonizado é enfatizada a dimensão palpável do corpo – *sarx* – dado que diferentes grupos cristãos defendiam que (a) apenas uma ilusão ou imagem de Jesus teria sido submetida à crucificação, tendo o verdadeiro enganado o deus-mau ou Demiurgo do mundo; (b) a incorporeidade absoluta de Jesus, puro espírito e luz da Sabedoria, que apenas parece adotar uma imagem corpórea e para responder a (c) prováveis críticas que circulavam nos ambientes greco-romanos, impugnando o testemunho das mulheres ou mais enfaticamente afirmando que tratar-se-ia de um “fantasma” (mais propriamente uma sombra, ou *skia*), como os que povoam o imaginário das camadas populares do Mediterrâneo Oriental (como se pode depreender, por exemplo, das invocações contidas no *Papyri Graecae Magicae*).

Como elemento subjacente, como se afirmou previamente, e que poderia ser considerado o pressuposto teórico de todo o livro, está que as narrativas e memórias respondem dinâmica e dialogicamente a questionamentos e interesses/desinteresses que lhe são postos desde o mundo não-cristão, nesse sentido, implicando uma relação histórica.

A quinta parte do livro, assinada por Chevitarese e Faria Neto é a que mais toma a cultura material como cerne da análise, pretendendo, entre outros objetivos, o estabelecimento de uma distinção mais clara entre as cenas que figuram a ressurreição da filha de Jairo e do filho único da viúva de Naim.

No primeiro caso, conclui-se por uma restrita circulação da história entre a população financeiramente capaz de encomendar um sarcófago a um artesão. Adicionalmente, nas figurações tendeu-se a privilegiar a cena da ressurreição em si - o que acrescentaríamos, faz sentido ao pensar no contexto ao qual se destina, a saber, o uso de um cliente que tem esperança de poder ter sua própria ressurreição a partir do poder soteriológico de Jesus - a presença dos elementos marcadores da interioridade e domesticidade, como a cama, a constância, em figurações diferentes, de um cajado ou bastão na mão de Jesus, com o qual toca a criança a ser ressuscitada, apontando para um contexto mágico (o bastão como intermediário de um poder?)², ou, similarmente, traçando um paralelo entre Jesus e Moisés.

1 Parece-nos que uma fonte que seria de rico interesse para o autor seria o Discurso aos Gregos sobre o Hades, de Pseudo-Josefo, mas da provável autoria de Hipólito de Roma, por suas múltiplas dimensões como uma obra pseudepígrafa polêmica que retém distintas camadas da apreensão cristã antiga sobre as dimensões do pós vida.

2 Parece-nos que um estudo mais detalhado da representação de cajados ou bastões em contextos de poder no mundo judaico-cristão e no mundo helenístico dos séculos I-III EC em geral poderia dar conta de explicar se se trata de um topos artístico ou se a particularidade o reveste de algum significado especial no contexto da formação de uma memória sobre a identidade de Jesus.

O último capítulo, que trata da representação imagética da ressurreição do filho único da viúva de Naim argumenta, por um lado, pela confusão entre as cenas da ressurreição da filha de Jairo e do filho da viúva em diversos catálogos museológicos. Por outro, argumenta pela dificuldade de enquadramento das representações da última narrativa em critérios definitivos, uma vez que parece ter tido uma circulação ainda mais restrita que a primeira – constando apenas de um sarcófago sem nenhuma dúvida, de acordo com Chevitarese e Faria Neto.

Ressalta-se que nos esquifes analisados, a cena da ressurreição é integrada com outros milagres atribuídos a Jesus nas narrativas canônicas, como o da produção de vinho no casamento e da multiplicação de pães e peixes. A liberdade interpretativa do cliente que encomenda o sarcófago é assim demonstrada, na medida em que seleciona cenas que retratem o poder extraordinário de Jesus, que, como exposto acima, provavelmente é lembrado nesse contexto como chave que visa angariar para o defunto a benevolência salvífica diante da morte.

O volume resenhado integra, assim, a partir de diferentes pontos de vista e perspectivas metodológicas, temas que são caros ao grupo de pesquisa do LHER/UFRJ, interrogando a formação histórica de uma tradição religiosa a partir de inquietações do presente (as relações de gênero; as fronteiras entre “ortodoxia” e “heterodoxia” como relações de poder; a formação de memórias e identidades a partir de práticas e discursos). No sentido de divulgar uma percepção mais plural do cristianismo antigo entre o grande público e também na academia, muitas vezes partidária de uma abordagem político-institucional estrita, põe as perguntas mais fundamentais no exercício consciente da escrita da história: aquelas sobre as relações entre as fontes, seus pressupostos e contextos de produção, bem como entre a produção atual e a tradição historiográfica.